



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Exercícios comentados, questões e mapas mentais
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



CNU PROFESSORES

PROVA NACIONAL DOCENTE (PND)

Professor- Geografia

EDITAL Nº 72, DE 16 DE JUNHO DE 2025

CÓD: SL-094JH-25
7908433278344

Conhecimentos Didático-Pedagógicos

| | |
|---|----|
| 1. I - filosofia da educação | 7 |
| 2. II - história da educação | 8 |
| 3. III - sociologia da educação | 14 |
| 4. IV - psicologia da educação | 17 |
| 5. V - teorias pedagógicas | 18 |
| 6. VI - didática e metodologias de ensino | 26 |
| 7. VII - teorias e práticas de currículo | 27 |
| 8. VIII - políticas públicas, organização, financiamento e avaliação da educação brasileira | 29 |
| 9. IX - metodologia de pesquisa em educação e ensino | 32 |
| 10. X - tecnologias da comunicação e informação nas práticas educativas | 35 |
| 11. XI - letramento científico | 38 |
| 12. XII - educação especial e inclusiva | 41 |
| 13. XIII - libras, cultura e identidade surda | 48 |
| 14. XIV - identidade e especificidades do trabalho docente | 50 |
| 15. XV - planejamento e avaliação do ensino e da aprendizagem | 53 |
| 16. XVI - práticas educativas para o processo de aprendizagem de crianças, adolescentes, jovens e adultos | 57 |
| 17. XVII - planejamento, organização e gestão democrática educacional em espaço escolar e não escolar | 59 |
| 18. XVIII - implementação e avaliação de currículos, programas educacionais e projetos político-pedagógicos | 62 |
| 19. XIX - práticas de articulação entre escola, família, comunidade e movimentos sociais | 64 |
| 20. XX - histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas | 67 |
| 21. XXI - educação, inclusão e direitos humanos | 70 |
| 22. XXII - educação socioambiental | 72 |
| 23. XXIII - educação para as relações de gênero e sexualidade | 76 |
| 24. XXIV - educação para as relações étnico-raciais | 78 |

Conhecimentos Específicos Professor - Geografia

| | |
|--|-----|
| 1. Fundamentos epistemológicos do pensamento geográfico | 83 |
| 2. Pressupostos teóricos que fundamentam as categorias geográficas de espaço, de região, de paisagem, de território e de lugar | 86 |
| 3. Uso dos recursos naturais e questões socioambientais | 89 |
| 4. Aspectos físico-geográficos e dinâmicas da paisagem | 90 |
| 5. Dinâmica populacional, elementos demográficos e urbanização no Brasil e no mundo | 96 |
| 6. Saúde, população e ambiente | 105 |
| 7. Sujeitos, processos e dinâmicas dos espaços agrários e rurais | 107 |
| 8. Processos de regionalização no Brasil e no mundo | 111 |
| 9. Interações espaciais, fluxos e formação de redes geográficas | 123 |
| 10. Reestruturação produtiva, sistema financeiro e produção (ou transformação) do espaço | 126 |
| 11. Diversidade étnico-racial, de gênero e cultural em geografia | 129 |

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| 12. Geografia histórica e formação territorial do Brasil | 132 |
| 13. Movimentos sociais e dinâmicas espaciais | 136 |
| 14. Geopolítica, geografia política, conflitos e redefinições territoriais | 139 |
| 15. Cartografia escolar | 141 |
| 16. Geotecnologias na educação geográfica..... | 142 |
| 17. Pressupostos teóricos e metodológicos no ensino e na aprendizagem de geografia | 146 |
| 18. As diferentes linguagens na educação geográfica | 149 |
| 19. Saberes, raciocínio geográfico e pensamento espacial nos diferentes contextos socioculturais | 152 |
| 20. Comunidades tradicionais e suas territorialidades | 154 |
| 21. Geografia inclusiva e direitos humanos | 157 |
| 22. Cartografia tátil | 160 |

CONHECIMENTOS DIDÁTICO -PEDAGÓGICOS

I - FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

A Filosofia da Educação é um campo de estudo que se dedica à investigação dos princípios, valores e objetivos que fundamentam a prática educativa. Ela questiona o propósito da educação, os métodos ideais de ensino e as concepções de conhecimento e ética que devem orientar a formação humana. Esse ramo da filosofia é essencial para pensar a educação de forma crítica e fundamentada, pois explora o que significa educar e como o processo educativo contribui para o desenvolvimento individual e social.

O que é Filosofia da Educação?

A Filosofia da Educação é uma área da filosofia que busca responder perguntas fundamentais sobre o sentido e o propósito da educação. Ela se interessa por questões como:

- Por que educamos?
- O que significa ensinar e aprender?
- Qual é o papel da educação no desenvolvimento moral e social do indivíduo?

Essas perguntas formam a base de um campo que, ao longo da história, influenciou o modo como as sociedades entendem e organizam suas instituições educacionais. A filosofia da educação ajuda a definir os valores que orientam as práticas pedagógicas e a esclarecer o que é considerado conhecimento válido, além de influenciar decisões políticas e pedagógicas.

Principais Correntes Filosóficas e suas Contribuições para a Educação

Cada corrente filosófica apresenta uma visão particular sobre os objetivos da educação, o papel do professor e o desenvolvimento do aluno. Entre as principais correntes, destacam-se:

Idealismo

O idealismo, influenciado por filósofos como Platão, vê a educação como um processo de desenvolvimento moral e intelectual. Segundo essa corrente, a educação deve promover o crescimento interior e o alinhamento do indivíduo com valores absolutos, como a verdade, a bondade e a beleza. O professor, nesse contexto, é um guia que ajuda o aluno a acessar um conhecimento superior e a desenvolver uma ética elevada.

Realismo

O realismo, influenciado por Aristóteles, valoriza o ensino de conhecimentos objetivos e concretos sobre o mundo físico e natural. Para o realismo, a educação tem um papel funcional, devendo preparar o indivíduo para a vida prática e para a interação com o ambiente em que vive. A aprendizagem ocorre principal-

mente pela observação e pela prática, com o professor agindo como um mediador que ajuda os alunos a compreender o mundo real.

Pragmatismo

O pragmatismo, desenvolvido por pensadores como John Dewey, considera a educação um processo de construção ativa do conhecimento, fundamentado na experiência e na prática. Segundo essa corrente, a educação deve ser adaptada às necessidades e interesses dos alunos e incentivá-los a resolver problemas e desenvolver habilidades práticas para a vida em sociedade. Dewey defendia uma educação democrática e participativa, onde o professor atua como facilitador e o aluno participa ativamente do processo de aprendizado.

Existencialismo

O existencialismo, com influências de filósofos como Jean-Paul Sartre, valoriza a liberdade e a autonomia do indivíduo, vendo a educação como um meio de desenvolver a capacidade de escolha e de autoexpressão. Para o existencialismo, a educação deve incentivar a reflexão e a tomada de decisões conscientes, permitindo que o aluno construa sua própria identidade. O professor é um facilitador que incentiva o aluno a descobrir suas próprias respostas e a assumir responsabilidade por suas escolhas.

Pensadores Influentes na Filosofia da Educação

Ao longo da história, vários pensadores influenciaram o desenvolvimento da filosofia da educação. A seguir, destacamos alguns dos principais nomes e suas contribuições:

Platão

Platão via a educação como um meio para o desenvolvimento da alma e do caráter. Em sua obra *A República*, propôs um sistema educacional que valorizasse o desenvolvimento ético e intelectual, com o objetivo de formar cidadãos capazes de governar de maneira justa. Para Platão, o conhecimento verdadeiro era inato e deveria ser despertado através do ensino.

Rousseau

Jean-Jacques Rousseau, em sua obra *Emílio*, ou *Da Educação*, defendeu a ideia de uma educação natural, onde o aluno aprende por meio de experiências diretas e livres, respeitando o seu desenvolvimento. Ele acreditava que o ambiente deve ser controlado para evitar influências corruptoras e permitir que a criança explore o mundo e descubra sua moralidade e conhecimento de maneira espontânea.

John Dewey

Dewey, considerado o principal expoente do pragmatismo, via a educação como um processo social que prepara o indivíduo para a vida em comunidade. Ele defendia uma educação democrática, onde o aluno participa ativamente e aprende a partir da resolução de problemas reais. Sua ideia de “aprender fazendo” revolucionou a prática pedagógica, tornando o aprendizado um processo ativo e colaborativo.

Paulo Freire

Paulo Freire, importante educador brasileiro, propôs uma visão de educação como prática da liberdade. Em sua obra Pedagogia do Oprimido, Freire defende uma educação dialógica, onde professor e aluno constroem o conhecimento juntos. Sua proposta de educação libertadora visa conscientizar os alunos sobre as injustiças sociais, promovendo uma reflexão crítica que os capacite a transformar a realidade.

A Filosofia da Educação na Prática Pedagógica

A filosofia da educação impacta diretamente as práticas pedagógicas e as políticas educacionais. Cada escola ou método de ensino reflete valores e pressupostos filosóficos que determinam desde o currículo até a relação entre professor e aluno. Por exemplo:

- Uma abordagem idealista pode valorizar o desenvolvimento ético, enfatizando disciplinas como ética e filosofia.
- O pragmatismo favorece métodos interativos e voltados para a resolução de problemas, como projetos colaborativos e aulas experimentais.
- A educação libertadora de Paulo Freire influencia práticas de ensino que valorizam a dialogicidade, onde o aluno participa da construção do saber e questiona a realidade em que vive.

Ao compreender as bases filosóficas da educação, educadores e formuladores de políticas podem desenvolver métodos e currículos que atendam melhor às necessidades dos alunos, promovendo uma educação integral e crítica.

A Filosofia da Educação nos leva a refletir sobre as escolhas e os valores que fundamentam a educação, possibilitando uma prática mais consciente e ética. Em um cenário de rápidas transformações sociais e tecnológicas, o resgate das bases filosóficas permite questionar o papel da educação e seus impactos na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Assim, a Filosofia da Educação não apenas fundamenta a prática educativa, mas também ilumina o caminho para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a melhoria da sociedade.

II - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

— Educação na Antiguidade

A educação na Antiguidade apresenta grande diversidade, pois cada civilização antiga desenvolveu métodos e finalidades educacionais únicos, alinhados a seus valores e estruturas sociais. Nesta fase, o ensino era geralmente reservado para elites e, em grande parte, voltado para a transmissão de conhecimento religioso, cultural e militar.

A educação estava intrinsecamente ligada às crenças e ao papel que cada sociedade destinava ao aprendizado. As principais civilizações que influenciaram o desenvolvimento educacional na Antiguidade foram a Mesopotâmia, o Egito, a Grécia e Roma.

Mesopotâmia e Egito

Na Mesopotâmia e no Egito, a educação formal era restrita a uma pequena elite, especialmente ligada à administração e religião, e focava no aprendizado da escrita, aritmética e princípios religiosos.

– **Mesopotâmia:** Os sumérios, babilônios e assírios desenvolveram sistemas de escrita cuneiforme, e a educação formal na Mesopotâmia era oferecida em escolas chamadas edubbas, ou “casas das tábuas”, onde o ensino era centrado na formação de escribas, uma das profissões mais importantes da época. Os escribas desempenhavam papéis cruciais em atividades administrativas, religiosas e comerciais, e o ensino girava em torno de habilidades práticas como contabilidade, leis e registros comerciais.

– **Egito Antigo:** No Egito, a educação também era restrita a escribas, sacerdotes e membros da elite. A formação de escribas envolvia aprendizado dos hieróglifos, a complexa escrita egípcia, além de aritmética e conhecimento sobre mitologia e religião, que eram centrais para a cultura egípcia. O ensino acontecia em escolas ligadas a templos e palácios, e os alunos eram, em grande parte, treinados para assumir posições na administração pública ou na condução dos rituais religiosos.

Essas duas civilizações compartilhavam uma visão funcional da educação, com foco na capacitação para o trabalho administrativo e religioso, limitando o acesso ao aprendizado a uma minoria com poder e prestígio.

Grécia Antiga

A Grécia foi uma das primeiras civilizações a considerar a educação como um meio de desenvolver o potencial humano e promover a cidadania. A educação grega possuía diferentes características em cidades-estado como Atenas e Esparta, refletindo os valores distintos de cada uma.

– **Atenas:** Na cidade-estado de Atenas, a educação visava o desenvolvimento integral do cidadão, abrangendo aspectos intelectuais, físicos e morais. A paideia, como era chamada a formação ateniense, buscava preparar os jovens para a vida pública, enfatizando filosofia, artes, literatura, música e esportes. Os ensinamentos de filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles deixaram marcas profundas na educação ocidental, introduzindo métodos de ensino baseados no diálogo e na reflexão crítica. A Academia de Platão e o Liceu de Aristóteles são exemplos de instituições educacionais avançadas que buscavam compreender e discutir a natureza humana, a ética e a política.

– **Esparta:** Em Esparta, a educação era voltada para o treinamento militar e a disciplina, com ênfase na obediência, na resistência física e no espírito de sacrifício. Desde cedo, os meninos eram retirados de suas famílias para se prepararem para a guerra e a defesa da cidade-estado, enquanto as meninas também recebiam treinamento físico, pois se acreditava que mulheres fortes dariam à luz guerreiros fortes. Em Esparta, portanto, a educação era instrumental e orientada para as necessidades militares e coletivas, priorizando a lealdade ao Estado.

Professor- Geografia

FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

A GEOGRAFIA COMO CIÊNCIA: ORIGENS E TRANSFORMAÇÕES

A Geografia, como campo do conhecimento, não surgiu de forma repentina nem uniforme. Seu desenvolvimento está diretamente relacionado às mudanças históricas, políticas e científicas que moldaram o pensamento ocidental. Compreender sua origem como ciência envolve analisar os contextos em que ela foi sistematizada, os paradigmas que a influenciaram e as rupturas que redefiniram seu objeto de estudo.

► A constituição da Geografia como ciência moderna

Embora a preocupação com a descrição de lugares, rotas e características naturais exista desde as civilizações antigas — como nos mapas babilônicos, na Geografia de Estrabão e nas descrições de Heródoto — foi somente no século XIX que a Geografia passou a ser formalizada como uma ciência autônoma. Esse processo está ligado ao surgimento do Estado-nação, à expansão colonial europeia e à necessidade de conhecer e controlar territórios.

Nesse contexto, destaca-se a figura de Alexander von Humboldt, considerado um dos pais da Geografia moderna. Ele propôs uma visão integradora da natureza, baseada na observação empírica e na busca por leis naturais. Ao lado dele, Carl Ritter destacou o papel da relação entre o homem e o meio ambiente, trazendo um enfoque mais voltado às interações humanas com o espaço geográfico.

Essas primeiras formulações foram influenciadas por um pensamento de base positivista, que acreditava na observação sistemática e na objetividade científica como caminhos para o conhecimento. Assim, a Geografia se estruturava como uma ciência descritiva, voltada à classificação de fenômenos físicos e humanos do espaço terrestre.

► Influência do positivismo e da tradição clássica

No final do século XIX e início do século XX, a Geografia acadêmica europeia, sobretudo na Alemanha e na França, consolidou-se sob forte influência do positivismo. Acreditava-se que a ciência geográfica deveria descrever a superfície da Terra com rigor e neutralidade, enfatizando a coleta de dados sobre o relevo, o clima, a vegetação e a distribuição populacional.

Nesse momento, a Geografia se preocupava principalmente com a catalogação das paisagens e com o mapeamento de áreas, reforçando sua utilidade prática para os projetos imperiais e de planejamento estatal. O espaço era visto como algo fixo, objetivo e independente da ação humana.

Essa visão ficou conhecida como Geografia Tradicional ou Clássica, marcada por um foco descritivo, regionalista e muitas vezes determinista. O geógrafo francês Paul Vidal de La Blache, embora crítico do determinismo ambiental, ainda mantinha um olhar regionalista e descritivo, desenvolvendo o conceito de “gênero de vida” para explicar as formas como as sociedades se adaptavam aos seus ambientes.

► A crítica ao determinismo ambiental

O determinismo ambiental, que afirmava que o meio natural condicionava de forma decisiva o comportamento humano e o desenvolvimento das sociedades, ganhou força no início do século XX. Essa abordagem foi especialmente difundida por geógrafos como Friedrich Ratzel, que via uma relação direta entre o clima, o relevo, os recursos naturais e o progresso das civilizações.

Contudo, esse modelo começou a ser criticado por sua rigidez e por negligenciar os aspectos sociais, históricos e culturais da ação humana. A partir da década de 1930, com o avanço das ciências sociais e da crítica marxista, passou-se a valorizar mais o papel ativo da sociedade na produção e transformação dos espaços.

Essa transição marca uma virada epistemológica importante: o espaço deixa de ser apenas o cenário onde os eventos ocorrem e passa a ser entendido como um produto das relações sociais, um espaço vivido, construído e modificado historicamente.

Além disso, o século XX viu emergirem novas abordagens que romperam com o paradigma positivista, como a Geografia Quantitativa, que introduziu métodos estatísticos e modelos matemáticos, e, posteriormente, a Geografia Crítica, que trouxe a análise das desigualdades e das contradições sociais como elementos centrais do estudo geográfico.

A constituição da Geografia como ciência moderna está profundamente ligada aos interesses geopolíticos e científicos do século XIX. Suas origens positivistas e descritivas, baseadas no conhecimento empírico do espaço, deram lugar a visões mais complexas e críticas ao longo do tempo. A crítica ao determinismo ambiental foi um passo essencial para o desenvolvimento de abordagens mais integradas, que reconhecem o papel ativo das sociedades na construção do espaço geográfico.

Entender essas transformações é essencial para acompanhar os debates contemporâneos sobre o papel da Geografia enquanto ciência social, política e ambiental.

CORRENTES E PARADIGMAS NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Ao longo de sua história, a Geografia passou por diversas transformações teóricas que refletem mudanças nos modos de entender o mundo e o papel da ciência. Essas transformações resultaram no surgimento de diferentes correntes e paradigmas que disputaram (e ainda disputam) a forma como se define o objeto, os métodos e os objetivos da Geografia.

Compreender essas correntes é fundamental para perceber como a Geografia se constitui como campo científico em constante reconstrução.

► **Geografia Tradicional: descrição, regionalismo e influência natural**

A chamada Geografia Tradicional dominou o cenário acadêmico entre o final do século XIX e meados do século XX. Influenciada pelo positivismo, essa corrente buscava descrever, classificar e mapear os fenômenos naturais e humanos da superfície terrestre, com base em uma abordagem empírica, objetiva e regionalista.

A ideia central era que cada região possuía características próprias que deveriam ser estudadas de forma descritiva, considerando os elementos naturais (relevo, clima, vegetação) e a ocupação humana. Essa abordagem era marcada por um forte apego à observação direta, aos mapas e à separação entre os fatores naturais e sociais.

Nesse contexto, dois conceitos foram fundamentais:

- **Determinismo ambiental:** defendido por Friedrich Ratzel, postulava que o meio natural condicionava diretamente as formas de vida e o desenvolvimento das sociedades.

- **Possibilismo:** proposto por Paul Vidal de La Blache, reconhecia a influência do meio, mas atribuía às sociedades a capacidade de escolher entre diferentes possibilidades oferecidas pela natureza.

A Geografia Tradicional foi muito útil em tempos de colonização, expansão territorial e planejamento estatal, mas sofreu críticas por sua rigidez, falta de crítica social e apego ao regionalismo descritivo.

► **Geografia Quantitativa: o paradigma neopositivista**

A partir da década de 1950, especialmente nos países anglo-saxões, surgiu uma nova proposta metodológica: a Geografia Quantitativa. Essa corrente, também chamada de “Revolução Quantitativa”, propunha o uso de métodos matemáticos, modelos e estatísticas para tornar a Geografia mais científica e precisa.

A Geografia Quantitativa defendia a construção de leis gerais sobre a organização espacial, utilizando conceitos como localização, distribuição e rede. O espaço era visto como abstrato e homogêneo, e os geógrafos buscavam analisar padrões e regularidades nos fenômenos espaciais.

Apesar de representar um avanço técnico e de ter introduzido ferramentas importantes, como a cartografia temática e os sistemas de informação geográfica (SIG), essa abordagem foi criticada por reduzir a complexidade social a modelos formais e por ignorar as dimensões históricas e políticas do espaço.

► **Geografia Crítica e Marxista: o espaço como produto das relações sociais**

Na década de 1970, emerge uma nova corrente teórica que rompe com as visões neutras e naturalizantes do espaço: a Geografia Crítica. Inspirada no marxismo e nas ciências sociais críticas, essa abordagem propõe uma leitura do espaço como produto das relações sociais, das contradições do capitalismo e das lutas de classes.

David Harvey, um dos principais nomes dessa corrente, argumenta que o espaço geográfico é constantemente produzido e reproduzido pelas dinâmicas do capital, como a urbanização, a desigualdade e a segregação socioespacial. O espaço, nessa perspectiva, é uma dimensão essencial da reprodução das desigualdades sociais.

A Geografia Crítica destaca a importância de compreender o papel das estruturas econômicas, políticas e ideológicas na organização do espaço. Entre seus principais temas estão:

- Urbanização desigual
- Produção do espaço capitalista
- Questões ambientais e territoriais
- Resistência social e movimentos urbanos

Essa abordagem contribuiu para tornar a Geografia mais engajada, política e preocupada com a transformação da realidade.

► **Geografia Humanista, Cultural e Pós-Moderna: a valorização da experiência e do simbólico**

A partir da década de 1980, outras correntes começaram a questionar tanto o rigor cientificista da Geografia Quantitativa quanto a rigidez estrutural da Geografia Crítica. Surgem então abordagens mais centradas na experiência humana, nos valores culturais e nas representações simbólicas do espaço.

A Geografia Humanista foca na vivência subjetiva dos lugares, na percepção e nos significados atribuídos ao espaço pelas pessoas. Trabalha com temas como identidade, pertencimento, memória e afetividade.

A Geografia Cultural, por sua vez, analisa como os elementos simbólicos (religião, linguagem, costumes, arte) moldam e são moldados pelos espaços. Ela destaca que o espaço é construído culturalmente, e que diferentes grupos sociais atribuem diferentes significados aos lugares que ocupam.

Já a Geografia Pós-Moderna questiona a ideia de uma verdade única e de uma explicação totalizante. Essa corrente assume a fragmentação, a multiplicidade de vozes e a diversidade de experiências como elementos centrais da análise geográfica. Ela valoriza narrativas locais, discursos marginais e formas alternativas de produção do conhecimento.

► **Síntese e articulação das correntes**

É importante compreender que essas correntes não se excluem totalmente. Muitas vezes, elas coexistem no campo geográfico e podem dialogar entre si. A Geografia contemporânea é caracterizada pela pluralidade teórica e pela abertura a diferentes paradigmas, desde que contribuam para o entendimento da realidade espacial.

As correntes e paradigmas no pensamento geográfico revelam que a Geografia não é uma ciência estática, mas um campo em constante reconstrução, influenciado por debates sociais, filosóficos e políticos. Da descrição empírica